



## Índice

- 01** Índio é preso suspeito de ter estuprado filha de 14 anos na Bahia
- 02** Reunião discute compra de terras de produtores rurais localizadas no entorno da aldeia Buriti
- 03** ALMG vai acompanhar políticas para indígenas e crianças
- 04** Geraldo Pereira quer 20% de vagas em concursos públicos para negros, indígenas e beneficiários do Bolsa Família
- 05** Extrativistas terão até 2016 R\$ 120 mi para pagamento de bônus
- 06** Inspirado em Galvão Bueno, indígena do AM cria música para a Copa
- 07** Extensionistas participam de capacitação para atuar com indígenas em Tenente Portela
- 08** Indígenas de Caarapó terão conservatório musical
- 09** Índios protestam contra visita de senadora a aldeia
- 10** Técnico do Ministério da Agricultura pede inclusão de indígenas no agronegócio
- 11** Advogado critica falta de transparência na identificação de terras indígenas
- 12** Roda de Conversa na Terra Indígena Rio das Cobras
- 13** Codevasf, indígenas e CBHSF se unem em Penedo para defender Velho Chico
- 14** Juristas e técnicos da Agricultura apoiam PEC da demarcação de terras



- 
- 15** [Governo Federal avança em diálogo sobre terras indígenas](#)
  - 16** [Fazendeiro é alvejado por indígenas em Itabela](#)
  - 17** [Ministro da Justiça "negocia" corte de direitos](#)
  - 18** ["Falta coragem" para arbitrar invasões, diz Aécio sobre questões indígenas](#)
  - 19** [Paranhos conquista mais 50 casas populares para aldeias indígenas](#)
  - 20** [Castanha do Brasil produzida em reserva de Mato Grosso recebe certificação](#)
  - 21** [Garantida permanência de quilombolas na comunidade "Jacaré dos Pretos" em MT](#)
  - 22** [O milagre da multiplicação das terras indígenas](#)
  - 23** [MPF: Semace aguardará posicionamento do ICMBio sobre construção de resort](#)
  - 24** [DPU acompanha Incra em visita a quilombos do Rio de Janeiro](#)
  - 25** [Carta aberta dos povos e comunidades tradicionais da região norte – incluindo o estado do Maranhão](#)
  - 26** [Biblioteca de Cacique Doble inova com área para literatura indígena](#)



## **Índio é preso suspeito de ter estuprado filha de 14 anos na Bahia**

SÍTIO G1, 11.06.2014

*Suspeito foi detido em Muquém do São Francisco, no oeste do Estado.  
De acordo com delegado, corpo de delito comprovou conjunção carnal.*

Um índio foi detido pela polícia sob suspeita de ter estuprado a filha de 14 anos no município de Muquém de São Francisco, a 710 quilômetros de Salvador.

A jovem que teria sido agredida passou por exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) de Barreiras, cidade próxima, nesta terça-feira (10), que "comprovaram a conjunção carnal entre pai e filha", segundo o delegado Rivaldo Luz, que atua em Luís Eduardo Magalhães e é responsável pelo caso. A prisão ocorreu na tarde de segunda-feira (9). O índio nega o crime.

O Conselho Tutelar de Luís Eduardo Magalhães afirmou que recebeu denúncia anônima ainda na segunda-feira sobre a ocorrência da agressão. No mesmo dia, o caso foi encaminhado para a delegacia local, que seguiu em busca do suspeito.

Informado sobre o resultado dos exames, o delegado diz que irá encaminhar o pedido de prisão preventiva do suspeito à Justiça. Por não ter sido detido em flagrante, o delegado afirma que o suspeito deve aguardar o resultado do pedido de prisão em liberdade. Segundo delegado, índio irá deixar delegacia ainda na tarde desta terça (10).



---

**Reunião discute compra de terras de produtores rurais localizadas no entorno da aldeia Buriti**

SÍTIO CAPITAL NEWS, 11.06.2014

O Ministério da Justiça convidou produtores rurais, representantes da Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul e representantes do Governo Federal, para participarem da mesa de diálogo para tratar do termo de acordo sobre a compra de terras de produtores rurais localizadas no entorno da aldeia Buriti, nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. A reunião acontece nesta quarta-feira (11), às 15h, em Brasília.

segundo informações do Sistema Famasul, na reunião serão apresentadas as análises da Funai – Fundação Nacional do Índio e do Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a respeito da contestação dos produtores diante da avaliação da terra nua e benfeitorias realizadas anteriormente pela própria Funai e Incra. Segundo consultorias privadas, o valor de mercado das 30 propriedades em questão fica em R\$ 130. O valor inicial apresentado era de R\$ 78 milhões.

A pretensão da Funai é ampliar a área indígena de 2 mil para 15 mil hectares. Das 30 propriedades pretendidas, 20 estão invadidas pelos indígenas. O prazo apresentado pelo Governo Federal para apresentar solução definitiva para a compra da área foi 6 de junho.

Fonte: Malu Cáceres - Capital News ([www.capitalnews.com.br](http://www.capitalnews.com.br))



---

**ALMG vai acompanhar políticas para indígenas e crianças**

SÍTIO ALMG, 11.06.2014

Comissão aprovou requerimentos para realizar reuniões que integram o projeto Acompanhamento de Políticas Públicas.

A Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou, nesta terça-feira (10/6/14), requerimentos do deputado André Quintão (PT). Ele solicita que sejam realizadas audiências públicas com a Comissão de Direitos Humanos para debater e acompanhar as políticas públicas para indígenas do Estado e para crianças e adolescentes, em especial aquelas relacionadas ao enfrentamento à violência sexual.

A reunião faz parte das ações do projeto estratégico Acompanhamento de Políticas Públicas da ALMG. Esse projeto tem como objetivo aprimorar o acompanhamento da execução das políticas públicas de Minas Gerais, por meio da utilização das informações do site Políticas Públicas ao seu Alcance e da realização contínua de audiências, visitas e debates públicos de acompanhamento nas comissões, com a presença de deputados, gestores do Poder Executivo e entidades da sociedade civil.

Ao tornar as informações mais acessíveis a toda a população, o objetivo da Assembleia de Minas é fazer com que o cidadão seja um parceiro cada vez mais presente no Legislativo quanto ao acompanhamento das políticas públicas.



---

**Geraldo Pereira quer 20% de vagas em concursos públicos para negros, indígenas e beneficiários do Bolsa Família**

SÍTIO VEJA DE TUDO, 11.06.2014

O projeto incluirá na porcentagem a classe indígena do Estado do Acre e beneficiários do Programa Bolsa Família

O líder do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa, deputado Geraldo Pereira, informou na sessão desta quarta-feira, 11, que apresentará um projeto de lei que recepcionará a Lei Federal que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos em empregos públicos.

O projeto, de acordo com o parlamentar, incluirá na porcentagem a classe indígena do Estado do Acre e beneficiários do Programa Bolsa Família. Se o projeto chegar a ser aprovado poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso, bem como índios e beneficiários do programa Bolsa Família.

“A ideia é que se acrescente a classe indígena do Acre bem como os beneficiários do programa Bolsa Família na reserva de 20% que a lei federal já assegura para os negros. Vou apresentar a matéria e discuti-la em plenário ainda este mês”, disse.



---

**Extrativistas terão até 2016 R\$ 120 mi para pagamento de bônus**

SÍTIO ÚLTIMO INSTANTE, 11.06.2014

*Recursos liberados pelo Governo Federal para os três anos são de R\$ 30, R\$ 40 e R\$ 50 milhões*

Os extrativistas poderão contar com R\$ 120 milhões até 2016 para operações de subvenção econômica. Os recursos liberados pelo Governo Federal para os três anos são de R\$ 30, R\$ 40 e R\$ 50 milhões, respectivamente, e serão utilizados na forma de equalização de preços, beneficiando agricultores familiares extrativistas ou suas representações cadastradas na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (10).

As demandas identificadas pela Companhia serão repassadas ao Ministério da Fazenda para liberação dos recursos. No fim deste mês, serão publicadas as normas para operação das novas condições estabelecidas, o que pode beneficiar cerca de 50 mil extrativistas de 84 municípios brasileiros.

A cada ano, a Conab pode incluir novos produtos na relação que já abrange açaí, babaçu, baru, borracha natural extrativa, castanha do Brasil, cera de carnaúba, mangaba, pequi, umbu e outros, típicos dos biomas da Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Zonas Costeiras. A aprovação final desta ampliação é grupo gestor da Política da PGPM-Bio, formado pelos ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Fazenda, Planejamento e a Conab.

Agência Último Instante



**Inspirado em Galvão Bueno, indígena do AM cria música para a Copa**

SÍTIO G1, 11.06.2014

*Morador de Parintins (a 369 quilômetros de Manaus), Anselmo Saterê fez um 'sambinha' motivado pelas transmissões do narrador. "Busquei me inspirar nele"*

A criatividade do amazonense vai além do convencional por natureza. E em 'tempos' de Copa do Mundo as coisas parecem tomar proporções inimagináveis. Em Parintins (município que fica a 369 quilômetros de Manaus), por exemplo, um trio indígena - utilizando um tam-tam, pandeiro e violão - , incorporou de vez o espírito do mundial e resolveu criar uma música especialmente para período. Entretanto, o destaque maior ficou por conta do compositor do 'hits', que já virou febre no local, o indígena Anselmo Saterê, da etnia que leva no seu sobrenome. Ele declarou que a finalidade maior com a autoria é que o ritmo se torne conhecido nacionalmente.

- O sambinha é um trabalho nosso, é de Parintins, é da região Norte, é da terra do folclore, e foi feito exclusivamente para a gente demonstrar nosso trabalho e a nossa criatividade para todo o Brasil. Eu espero que a gente tenha um bom desempenho e uma boa aceitação dentro desta letra – ilustrou.

O mais curioso, como explicou Anselmo Saterê, é que o estímulo para a criação da letra partiu das transmissões empolgantes que ele sempre acompanha do principal narrador da TV Globo, Galvão Bueno.

- A cada jogo a gente busca aquela vitória que, quando chega, é inexplicável. Então, eu busquei realmente me inspirar nele (Galvão) dentro destas temáticas. E nos sentimos muito orgulhosos por ser da etnia Saterê Maué, e que gosta e que ama a arte da música – completou, ao som dos instrumentos musicais.

\* Com informações de Ocimar Lima, repórter da TV Amazonas (Afiliada da Rede Globo)



## **Extensionistas participam de capacitação para atuar com indígenas em Tenente Portela**

SÍTIO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL, 11.06.2014

Extensionistas técnicos e sociais da Emater/RS-Ascar que executam a Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para acompanhamento de famílias indígenas em situação de extrema pobreza participam esta semana de capacitação em Tenente Portela. Segundo a antropóloga da Emater/RS-Ascar, Mariana de Andrade Soares, o trabalho dos extensionistas tem em vista dois objetivos principais: orientar as famílias indígenas na produção de alimentos e de renda. "Quem tem fome, tem pressa", disse Mariana, em alusão ao sociólogo Herbert de Sousa.

A Chamada Pública de ATER indígena é inédita no Brasil e atende quatro Terras Indígenas localizadas em Tenente Portela, Erval Seco, Cacique Doble, Redentora e Charrua. A chamada foi contratada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para ser executada até 2015. O trabalho nas terras indígenas, segundo a coordenadora da chamada na região administrativa da Emater/RS-Ascar de Ijuí, Márcia Barboza Breitenbach, está sendo feito em etapas: mobilização e identificação das famílias indígenas, diagnósticos rápidos participativos (DRP), diagnósticos individuais e, atualmente, a finalização dos projetos produtivos que serão executados nos próximos meses.

O técnico agrícola da Emater/RS-Ascar e coordenador da chamada pública na Unidade Indígena de Tenente Portela, Valdir Machado Soares, revelou a preferência das famílias indígenas por projetos de criação de pequenos animais, construção de hortas, pomares e artesanato. O diagnóstico realizado com as famílias, no entanto, também acabou por revelar outras necessidades. "Surgiram atividades não agrícolas, como panificação, corte e costura e serviço de cabeleireiro", exemplificou o técnico da Emater/RS-Ascar. "É um bom sinal, mostra a pluralidade de atividades e a confiança das famílias em expressar suas vontades aos extensionistas", disse Soares.

A capacitação de dois dias encerra-se nesta quarta-feira (11), na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Acompanham os trabalhos o gerente adjunto da Emater/RS-Ascar da região administrativa de Ijuí, Antônio Altíssimo, e o supervisor microrregional da instituição, João Schommer.

Texto: Cleuza Noal Brutti

Edição: Redação Secom (51) 3210.4305



## **Indígenas de Caarapó terão conservatório musical**

SÍTIO SUL NEWS, 11.06.2014

DILERMANO ALVES

Um grupo de pessoas representantes dos Poderes Executivo, Legislativo, da construção civil e lideranças indígenas, fizeram recentemente uma visita ao local onde será construído o Conservatório Musical Municipal da Reserva Indígena Te' Yikue. A obra que custará quase R\$ 350 mil já teve sua ordem de serviço assinada.

Participaram da visita o secretário de Serviços Urbanos, Jorge Tadeu Lopes, representando o Poder Executivo, os vereadores Dario Ramires (PR) e Edson Montanhere Baratella (PT), o Pontinha, as arquitetas do município Vivian Bernardo e Meiriellen Menani, o construtor Sebastião de Paula Santos (Amaral), além presidente do Projeto Musicalizando, Roberto Teixeira, do ex-capitão da reserva indígena, Leonardo de Souza, o Edson Alencar, diretor da Escola Municipal Nandejara Pólo, o presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (Simted), Apolinário Candado.

Segundo a Assessora de Gabinete Alesandra Cristina Prudêncio, no ano de 2009 um grupo de alunos do Projeto Musicalizado da comunidade Indígena Te'yikue se apresentou em um evento em Brasília/DF, e na oportunidade esse grupo da referida comunidade, reivindicou ao deputado federal Antônio Carlos Biffi (PT), a construção de um espaço onde pudessem desenvolver as aulas com melhor qualidade. "Como o deputado Biffi gostou do que viu se interessou pela causa e em 2011 selecionou recurso através de Emenda Parlamentar com objetivo de atender o pedido com a construção do Conservatório Musical Municipal na aldeia Indígena Te' Yikue, o qual foi assinado o Convenio n. 764702/2011 em maio de 2012", observou.

Alesandra disse também que essa obra será construída com recursos do Ministério da Cultura representada pela diretoria de Programas Especiais de Infraestrutura Cultural/DINC-SE, com contrapartida da prefeitura de Caarapó.

A obra que foi dada ordem de serviço no dia 25 de abril do corrente ano custará R\$ 343.223,79. Sendo R\$ 300 mil de emenda parlamentar do deputado Antônio Carlos Biffi e contrapartida do município no valor de R\$ 43.223,79.

Segundo a arquiteta e urbanista da prefeitura, Vivian Bernardo, a construção terá uma área construída de 296,94 m².

O prefeito Mário Valério (PR) disse que essa obra será de extrema importância para a comunidade indígena, levando em consideração que entre as diferentes linguagens da cultura, a música tem ocupado uma posição de destaque. "Temos visto inúmeros talentos da reserva indígena se destacarem nos festivais que a administração municipal realizou nos últimos anos, como também o Projeto Musicalizando e a Orquestra Guarani, que tem levado o nome de

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 103 / 2014

Brasília, 12 de junho de 2014.

nosso município brilhantemente para outras localidades, inclusive até fora do Estado. Por essas e outras razões estamos felizes em ver o surgimento de mais uma conquista para a comunidade indígena Te' Yikue", disse.

A expectativa é que até dezembro deste ano a obra seja concluída.



## **Índios protestam contra visita de senadora a aldeia** SÍTIO O PROGRESSO, 11.06.2014

Apinajés pedem atuação do MPE para evitar "vícios"; para "enganar e confundir o eleitor"

(Tocantinópolis-TO) - A Associação União das Aldeias Apinajé (Pempxà) emitiu nota na última sexta-feira, 6, sobre a participação da senadora Kátia Abreu (PMDB), como presidente do sistema CNA/Faet/Senar, no programa "Útero é Vida", em Tocantinópolis, no dia 31. O programa levou atividades à aldeia Mariazinha, uma comunidade de famílias indígenas da etnia Apinajé, realizando uma série de ações de prevenção ao câncer do colo de útero e de prevenção ao câncer de próstata.

Conforme a nota, "de repente alguns desses candidatos como num passe de mágica estão aparecendo nas aldeias, com ar de "inocentes" oferecendo presentes, doando "pacotes" de bondades e realizando certas "ações" como se estivessem fazendo favores". "Também como estratégia para iludir e enganar a população, mais uma vez esses falsos representantes do povo voltam às comunidades repetindo as mesmas promessas feitas em campanhas passadas", afirma.

Para a associação, na visita à aldeia, "a senadora ruralista Kátia Abreu (...), sem nenhum remorso ou escrúpulos vestiu e se enfeitou de Apinajé e as fotos foram postadas na internet", afirma a entidade apinajé.

De acordo com o documento, "por sua atuação parlamentar desfavorável aos interesses das populações indígenas, quilombolas e agricultores familiares, a senadora vem sendo muito criticada e repudiada pelas organizações indígenas e camponesa do Brasil". "É público e notório que durante seu mandato a senadora Kátia Abreu e sua bancada ruralista têm se revezado na tribuna do Senado Federal proferindo discursos ofensivos e dessa forma incitando uma infame campanha contra os Direitos Constitucionais dos Povos indígenas, incluindo as tentativas de aprovação da PEC 215/2000", diz a nota.

### **HISTÓRICO INFELIZ**

Assim, afirma a associação, "em razão desse histórico infeliz de contradições, ponderamos que a nobre senadora deveria evitar andar nas aldeias indígenas, ainda que fosse convidada". "Ressaltamos que nossos verdadeiros aliados, defensores e amigos da causa indígena que reconhecemos não usam de métodos inconvenientes para chegar a nossas comunidades. Esses estilos fingidos de fazer política não passam de uma desprezível afronta perpetrada por quem tem interesses de insultar e atingir as legítimas bases de nossas organizações indígenas e camponesas do Estado do Tocantins e do Brasil, diz a nota.

ENGANAR E CONFUNDIR O ELEITOR

CONT.



O documento conclui pedindo a intervenção do Ministério Público Eleitoral (MPE) contra o que chamou de "postura abusiva, incomoda e inadequada de alguns políticos". A associação quer que o MPE acompanhe e fiscalize "o Processo Eleitoral em curso, para que não ocorram excessos e vícios que venham enganar e confundir o eleitor".

Confira a seguir a íntegra da nota:

### "A AGRESSIVIDADE E OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO

Faltando pouco mais de quatro meses para as eleições e já estamos testemunhando alguns candidatos em plena campanha político eleitoral. Com essa finalidade esses indivíduos estão correndo e mobilizando seus cabos eleitorais nos municípios e realizando articulações políticas em todo o Estado do Tocantins.

De repente alguns desses candidatos como num passe de mágica estão aparecendo nas aldeias, com ar de "inocentes" oferecendo presentes, doando "pacotes" de bondades e realizando certas "ações" como se estivessem fazendo favores. Também como estratégia para iludir e enganar a população, mais uma vez esses falsos representantes do povo voltam às comunidades repetindo as mesmas promessas feitas em campanhas passadas.

No mês de fevereiro desse ano, políticos mobilizaram a população de Tocantinópolis e região pela pavimentação asfáltica da rodovia TO 126 que corta a Terra Indígena Apinajé. Além de não índios, o movimento eleitoreiro envolveu alguns indígenas da região da aldeia Mariazinha, usados politicamente com a finalidade de pressionar a FUNAI, IBAMA e MPF para liberação no grito da Licença Ambiental da mencionada obra sem o devido cumprimento das Normas Legais.

Nesse contexto de campanha eleitoral, esses políticos estão se envolvendo em episódios "inusitados". O fato mais delirante aconteceu na aldeia Mariazinha no último dia 02/06/14, quando alguns instrutores e técnicos do SENAR teriam ido ministrar cursos de formação para índios daquela comunidade. Na ocasião a senadora ruralista Kátia Abreu, presente no evento, sem nenhum remorso ou escrúpulos vestiu e se enfeitou de Apinajé e as fotos foram postadas na internet.

É comum e faz parte de nossa cultura oferecer aos visitantes enfeites e ornamentos como colares, cocares e pulseiras. Todavia no caso da senadora Kátia Abreu o "ritual" pegou mal e lhe rendeu muitos protestos e reclamações nas redes sociais e na própria comunidade Apinajé.

Por sua atuação parlamentar desfavorável aos interesses das populações indígenas, quilombolas e agricultores familiares, a senadora vem sendo muito criticada e repudiada pelas organizações indígenas e camponesa do Brasil. É público e notório que durante seu mandato a senadora Kátia Abreu e sua bancada ruralista têm se revezado na tribuna do Senado Federal proferindo discursos ofensivos e dessa forma incitando uma infame campanha contra os Direitos Constitucionais dos Povos indígenas, incluindo as tentativas de aprovação da PEC 215/2000.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 103 / 2014

Brasília, 12 de junho de 2014.

Em razão desse histórico infeliz de contradições, ponderamos que a nobre senadora deveria evitar andar nas aldeias indígenas, ainda que fosse convidada. Ressaltamos que nossos verdadeiros aliados, defensores e amigos da causa indígena que reconhecemos não usam de métodos inconvenientes para chegar a nossas comunidades. Esses estilos fingidos de fazer política não passam de uma desprezível afronta perpetrada por quem tem interesses de insultar e atingir as legítimas bases de nossas organizações indígenas e camponesas do Estado do Tocantins e do Brasil.

Denunciamos e repudiamos essa postura abusiva, incomoda e inadequada de alguns políticos e requeremos do MPE- Ministério Público Eleitoral do Estado do Tocantins, o acompanhamento e fiscalização do Processo Eleitoral em curso, para que não ocorram excessos e vícios que venham enganar e confundir o eleitor. Podemos assim prevenir e evitar situações que possa futuramente gerar dúvidas sobre a licitude e validade desse ato democrático de escolher nossos governantes por meio do voto. Que em nossa compreensão deve ser exercido pelos cidadãos brasileiros de maneira livre, refletida e consciente.

Terra Indígena Apinajé, junho 06 de de 2014.  
Associação União das Aldeias Apinajé - PEMPXÀ"



---

**Técnico do Ministério da Agricultura pede inclusão de indígenas no agronegócio**  
SÍTIO FGV, 11.06.2014

Direito e Justiça

O coordenador-geral de Análises Econômicas do Ministério da Agricultura, Antonio Luiz Machado de Moraes, destacou há pouco os impactos das demarcações de terras na atividade produtiva agropecuária. Ele criticou a política adotada pelo governo para o setor: "As ações voltadas para o agronegócio permitiram que atingíssemos a pujança atual", afirmou.

Ele defendeu a ampliação das terras produtivas, por meio da inclusão dos índios no agronegócio. "Se temos um programa de agricultura familiar, por que não um de agricultura indígena que contemple suas peculiaridades?", sugeriu.

Por sua vez, o coordenador-geral adjunto de Sustentabilidade Ambiental do Ministério da Agricultura, Paulo Alexandre Mendes, disse que as políticas de demarcação deveriam contemplar todos os interesses da localidade. "Para demarcar uma área, não pode ser ignorado tudo que está nela. Não só os produtores rurais, mas todos os que serão afetados pela demarcação", ressaltou.

Os coordenadores participam de audiência pública da comissão especial que analisa a proposta (PEC 215/00) que submete ao Congresso a decisão final sobre as demarcações de terras.

O debate prossegue no plenário 14.

Íntegra da proposta:

PEC-215/2000

Reportagem - Geórgia Moraes

Edição - Marcelo Oliveira



---

**Advogado critica falta de transparência na identificação de terras indígenas**

SÍTIO JORNAL JURID, 11.06.2014

O advogado defendeu a revisão desses procedimentos e afirmou que o texto constitucional deve prever as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na demarcação da Raposa Serra do Sol.

O advogado especialista em Direito Agrário e consultor jurídico da Frente Parlamentar da Agropecuária, Rudy Maia Ferraz, disse que falta transparência à Fundação Nacional do Índio (Funai) na identificação de terras indígenas. "Eles contratam antropólogos para encontrar vestígios de ocupação indígena sem a menor publicidade. Outros métodos deveriam ser usados além do antropológico", apontou.

Ele participou de audiência pública, encerrada há pouco, da comissão especial que analisa a proposta (PEC 215/00) que submete ao Congresso a decisão final sobre as demarcações de terra.

No debate, Ferraz também criticou a ausência de oportunidade para o contraditório caso um produtor rural tenha sua terra incluída em propriedade indígena. "É o único caso na legislação brasileira da perda de um bem sem o devido processo legal. É um ato administrativo", afirmou.

O advogado defendeu a revisão desses procedimentos e afirmou que o texto constitucional deve prever as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na demarcação da Raposa Serra do Sol.

**Ausência da Funai**

O relator da PEC, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), declarou que a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, encaminhou justificativa para ausência na reunião. Ela informou estar acompanhando o Ministro da Justiça para intermediação de impasses fundiários no Mato Grosso do Sul.



---

**Roda de Conversa na Terra Indígena Rio das Cobras**

SÍTIO MP/PR, 11.06.2014

Combate ao abuso do álcool e outras substâncias entorpecentes, malefícios do alcoolismo, crimes de violência doméstica e sexual e maioria penal. Esses foram os temas debatidos na primeira “Roda de Conversa”, realizada na última sexta-feira (dia 6) na comunidade indígena de Rio das Cobras (região centro-sul do Estado).

Participaram do encontro integrantes do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAOPDH) - Área das Comunidades Indígenas, os promotores de Justiça da comarca, lideranças das dez aldeias que integram a comunidade, além de pais e alunos de duas das sete escolas da Terra Indígena Rio das Cobras.

Os promotores de Justiça Guilherme de Barros Perini e Danillo Pinho Nogueira esclareceram diversas dúvidas dos presentes. Ao final do encontro, a comunidade decidiu reunir-se para conversar a respeito do que foi discutido e levar as dúvidas que surgirem para as próximas “Rodas de Conversa”, a serem agendadas.

A realização da “Roda de Conversa” foi definida durante a última reunião organizada pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos – Área das Comunidades Indígenas e a Promotoria de Justiça de Laranjeiras do Sul, em maio.

A Terra Indígena Rio das Cobras conta com 10 aldeias situadas numa área de aproximadamente 18,6 mil hectares, totalmente demarcadas pelo governo federal, abrangendo área territorial dos municípios de Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras, abrigando uma população aproximada de três mil indígenas das etnias kaingang e guarani.



---

**Codevasf, indígenas e CBHSF se unem em Penedo para defender Velho Chico**  
SÍTIO JORNAL EXTRA DE ALAGOAS, 11.06.2014

Um peixamento realizado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), na terça-feira (3), marcou as atividades do Dia Nacional de Defesa do Rio São Francisco em Alagoas. A Codevasf é uma das instituições que apóiam a Campanha “Eu viro carranca pra defender o Velho Chico” promovida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). Segundo o chefe da Unidade Regional de Meio Ambiente da Codevasf em Alagoas, o engenheiro agrônomo Pedro Melo, o peixamento faz parte do conjunto de ações de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco. “Esse peixamento atende a um pedido do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O repovoamento da bacia hidrográfica com espécies nativas como a xira, o piau e a piaba integra as ações de revitalização executadas pela Codevasf, e é uma ação continuada. Para isso, a Codevasf mantém o Centro Integrado de Aquicultura e Recursos Pesqueiros de Itiúba, no qual são produzidas as espécies nativas para peixamentos”, informou. Ele destacou outras ações da Codevasf para revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco.

“Além do repovoamento no rio, que aumenta a quantidade de peixes, a Codevasf também investe na execução de ações para revitalização da bacia hidrográfica, a exemplo do saneamento ambiental, com implantação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios da bacia; sistemas de abastecimento de água potável para cidades ribeirinhas, recuperação de áreas degradadas, entre outras ações de grande importância para a revitalização do Velho Chico”, pontuou Pedro Melo.

#### Índios mostram ritual

O peixamento ocorreu no bojo das atividades do Dia Nacional de Defesa do Rio São Francisco em Penedo (AL), uma das cidades incluídas na programação. Logo pela manhã, uma mesa redonda discutiu os problemas enfrentados por diversos segmentos da população e contou com a presença de lideranças dos povos indígenas, de pescadores tradicionais, de agricultores e de estudantes, entre outros.

Em seguida, foi realizada uma caminhada pelas ruas da cidade ribeirinha até o cais do porto de Penedo, onde foi realizada a soltura de alevinos. Antes do peixamento, índios da tribo Tingui Boto, do município de Feira Grande, realizaram o ritual do Toré e, em seguida, de forma simbólica, devolveram as águas do rio São Francisco que carregavam em potes de barro. Um dos líderes da tribo Tingui Boto, Ricardo de Campos, cujo nome indígena é Kayaboro, fez questão de destacar as ações da Codevasf para revitalização do Velho Chico. “Parabenizo a Codevasf pelo trabalho de peixamento e pelas ações junto a comunidades tradicionais como a minha.

CONT.



A soltura desses alevinos demonstra a preocupação da Codevasf com o rio e com as comunidades que dependem da pesca. Esses alevinos mostram, simbolicamente, uma preocupação social com o São Francisco”, afirmou. O líder Tingui Boto relatou alguns problemas enfrentados por comunidades tradicionais, como os povos indígenas, no Baixo São Francisco.

“Os povos indígenas em Alagoas e Sergipe são principalmente afetados pela diminuição da vazão no rio. Como o nível do rio tem estado muito baixo, isso tem dificultando a pesca e a navegação. Algumas de nossas etnias trafegam de barco e isso tem sido prejudicado.

Já no Submédio São Francisco, o represamento das águas do São Francisco faz com que o rio aumente seu nível de água, assim inundando as terras de comunidades tradicionais de lá, como, por exemplo, do povo Tuxá em Reodelas, que moram na Bahia”, relatou Kayaboro. O secretário-executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), Maciel Oliveira, falou sobre as atividades do Dia Nacional de Defesa do Rio São Francisco em Alagoas e do apoio da Codevasf às mobilizações.

“Esse é um dia em que todos os povos da bacia levantaram sua voz para defender o Velho Chico. Nós estamos aqui para dizer sim ao Velho Chico. Contamos com o exemplar apoio da Codevasf em todas as suas superintendências regionais na Bacia do rio São Francisco, em Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia; contamos com a Codevasf para devolver o peixe ao rio. Este é um dia histórico para o Brasil”, destacou o líder indígena.



---

**Juristas e técnicos da Agricultura apoiam PEC da demarcação de terras**

SÍTIO REGIÃO NEWS, 12.06.2014

*Representante do Ministério Público Federal, o subprocurador Eugênio de Aragão afirmou que o modelo atual de demarcação de terras deve ser repensado*

Debatedores defenderam, nesta quarta-feira (11), a PEC 215/00 (proposta de emenda à Constituição) que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas. Juristas e técnicos do Ministério da Agricultura foram ouvidos em audiência pública da comissão especial que analisa a matéria na Câmara dos Deputados.

Representante do Ministério Público Federal, o subprocurador Eugênio de Aragão afirmou que o modelo atual de demarcação de terras deve ser repensado. Para ele, o poder público erra ao considerar apenas as necessidades dos indígenas.

"O grande culpado hoje pela violência que se produz contra os índios é, antes de mais nada, o Estado com sua política unilateral. Não podemos deixar de olhar para o lado e ver qual é o contexto em que a demarcação se dá e quais as possíveis consequências gravosas para os outros atores desse processo", disse.

Atualmente, as decisões sobre demarcações ficam concentradas no Poder Executivo. Aragão lembrou que é comum haver contestações na Justiça a respeito dos casos.

"Martelada"

Luiz de Lima Stefanini, desembargador federal do Tribunal Regional Federal 3ª Região, também criticou a atual política de demarcação de áreas indígenas. "O que a Funai [Fundação Nacional do Índio] faz? À martelada, define a presunção de que aquela terra é indígena", declarou.

O jurista elogiou a mudança prevista na PEC: "Pelo texto, serão observados os direitos de todos os brasileiros para que a demarcação seja feita dentro dos preceitos constitucionais vigentes".

Agronegócio

Para o advogado e consultor jurídico da Frente Parlamentar da Agropecuária, Rudy Maia Ferraz, falta transparência à Funai na identificação das terras. "Eles contratam antropólogos para encontrar vestígios de ocupação indígena sem a menor publicidade. Outros métodos deveriam ser usados", apontou.

Por sua vez, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) declarou que é preciso garantir o direito à  
CONT.



propriedade rural.

"Não é possível que, com apenas um ato administrativo, seja possível desapropriar terras", sustentou. Já o coordenador-geral de Análises Econômicas do Ministério da Agricultura, Antonio Machado de Moraes, defendeu a ampliação das terras produtivas, por meio da inclusão dos índios no agronegócio.

"Nesse processo de ocupação de longo prazo das terras indígenas, há de se ter uma política que incorpore a realidade dessa população, assim como a agricultura familiar incorpora a realidade do pequeno produtor", sugeriu.

#### Ausência da Funai

O relator da PEC, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), lamentou que a presidente da Funai, Maria Assirati, não tenha comparecido à audiência.

Ela informou, em ofício, que estava acompanhando o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, na intermediação de conflito fundiário no Mato Grosso do Sul. Serraglio lembrou, no entanto, que em outras oportunidades representantes da Funai e de grupos indigenistas também não participaram do debate.

"Fizemos reuniões pelo Brasil afora. Em alguns lugares, até por escrito, recebemos material dizendo que (instituições defensoras dos indígenas) não compareceriam, porque a proposta é inconstitucional", comentou o relator.

A comissão vai promover mais duas audiências públicas na Câmara – uma com o setor produtivo e outra com convidados que não puderam vir anteriormente. Serraglio espera apresentar a primeira versão de seu relatório em julho.



---

**Governo Federal avança em diálogo sobre terras indígenas**

SÍTIO RONDA DO MS, 12.06.2014

O Ministério da Justiça e produtores rurais de Mato Grosso do Sul, avançaram, nesta quarta-feira, dia 11 de junho, em Brasília na avaliação dos laudos de 25 propriedades para demarcação de terras indígenas na região da Fazenda Buritis, em Sidrolândia. Uma nova reunião será realizada nesta sexta-feira (13), a partir das 10 horas, no Ministério da Justiça, para análise de novos elementos apresentados pelos produtores.

"Foi uma reunião muito produtiva", avaliou o ministro José Eduardo Cardozo. Segundo ele, foram discutidos hoje valores atribuídos às propriedades para efeito de indenização aos proprietários, após as análises feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Agora estamos fazendo um trabalho técnico, de análise dos levantamentos feitos, para verificar onde eles podem estar adequados à realidade que é invocada pelos proprietários, sem que nós tenhamos nenhuma situação de ilegalidade, que dê estritamente cumprimento ao que a legislação estabelece", informou o ministro da Justiça.

Ainda de acordo com Cardozo, a sensação é de que a mesa de diálogo segue para um bom resultado. "É por meio do diálogo e da mediação que nós podemos conciliar os conflitos de terra indígena em todo o país, sem que pessoas abram mão de direitos, e que podemos ter então a tranquilidade e a paz necessária para esse que é um problema tão grave em todo o Brasil".

Além de produtores rurais e membros da Funai e do Incra, participaram da reunião representantes da Advocacia Geral da União, do Ministério Público Federal e do Governo do Mato Grosso do Sul.

Assessoria



---

**Fazendeiro é alvejado por indígenas em Itabela**

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 12.06.2014

Cresce a tensão entre fazendeiros e índios no sul da Bahia. Desta vez, um dos fazendeiros foi vítima de supostos índios que ocupam as terras, próximo do distrito de montinho.

Segundo o site Itamaraju Notícias, uma comitiva de fazendeiros que realizava uma reunião na Fazenda Lembrança no início da noite de quarta-feira (11), mas ao regressar da jornada foi vítima de um disparo de arma de fogo, que atingiu um dos veículos dos fazendeiros.

Ao passar pela Fazenda Bom Jardim, um dos 10 veículos que compunha a comitiva, um Land Rover de cor preta, foi atingido na lateral esquerda (precisamente no vidro do condutor), por disparos de uma possível arma de fogo artesanal. Diante da situação a comitiva decidiu procurar a Delegacia da polícia civil de Itamaraju para realizar um boletim de ocorrência. Ainda segundo a publicação, os proprietários das áreas rurais relataram que o atentado partiu de pseudo indígenas que ocupam as terras, numa atitude de expulsá-los.

Recentemente, os fazendeiros realizaram manifestações e bloqueio da rodovia em busca de uma solução por parte do governo e poder judiciário.



## **Ministro da Justiça “negocia” corte de direitos**

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 12.06.2014

As declarações do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo sobre as “negociações”, que realizou recentemente no Rio Grande do Sul com os povos Guarani e Kaingang, para resolver o conflito de terras que se arrasta há décadas neste estado, acende o sinal vermelho para aqueles que se preocupam com os rumos dos direitos humanos no Brasil.

A solução encontrada é de estarrecer: retirada de direitos para os Guaranis e intimidação do movimento Kaingang com a prisão de suas lideranças.

Segundo o site da Fundação Nacional do Índio, a situação da terra indígena de Mato Preto foi reconhecida como de ocupação tradicional do povo Guarani no Rio Grande do Sul, sendo portanto constitucionalmente uma terra declarada indígena, aguardando somente os procedimentos finais do executivo para sua demarcação, homologação e a consequente desintrusão dos invasores que usurparam os direitos Guaranis a estas terras no passado.

Expulsos de suas terras na década de 50, as famílias Guaranis vivem acampadas na beira da estrada RS-135 desde setembro de 2003, travando uma dura luta pela sobrevivência, manutenção de sua cultura e demarcação de suas terras, cujo estudo de identificação foi realizado pela antropóloga Flávia de Melo, aprovado pela FUNAI, a quem cabe por direito a realização destes estudos e foi reconhecido através da Portaria n.º 2.222 do Ministério da Justiça em 21/09/2012. Tudo realizado como previsto na Constituição do nosso país.

Pelo “ajuste de direitos” anunciado em entrevista coletiva sem a presença das lideranças indígenas da região, o Ministério da Justiça, que deveria zelar pelo cumprimento da Constituição e garantir os direitos indígenas, reduz as terras do povo Guarani de Mato Preto em quase 85% de sua área declarada.

Qual o contexto desta “mediação de conflito” realizada pelo Ministro da Justiça?

A “negociação” com os Guaranis deu-se algumas semanas depois de uma controvertida operação da Polícia Federal, que prendeu no dia 9 de maio sete lideranças Kaingang, convidadas a negociar com o Estado brasileiro solução para o conflito em suas terras. Saíram presos logo após o início da reunião, sob acusação, sem provas, de que teriam participado do assassinato de dois agricultores gaúchos em conflitos de terra na região, pegando o Governo do Rio Grande Sul, anfitrião da reunião, de surpresa, segundo sua assessoria.

A comunidade Guarani que há mais de 10 anos vive precariamente na beira da estrada, numa correlação de força desigual, sob impacto de forte preconceito, não aguentando mais ameaças verbais e convivendo com constantes tiros para o alto disparados por agricultores, numa ação intimidatória de persuasão pelo medo, acabou por ceder ao Ministro conforme declarou o cacique de Mato Preto, Joel Kuaray ao jornalista Leonencio Nossa: “A gente aceita diminuir

CONT.



nossa terra porque hoje estamos na beira da linha do trem". "A gente tem o sentimento de que as ameaças vão diminuir, porque a redução da terra vai exigir a retirada de um número menor de agricultores da área."

O que acontece a um país quando seu Ministro da Justiça se coloca acima da Constituição e decide "ajustar direitos"? Que instabilidades jurídicas para os direitos dos povos indígenas geram tal ação política do governo federal, promovendo "acordos" de revisão de extensão de áreas declaradas? Não deveria o Estado reafirmar o direito constatado e garantir a sua efetividade, mesmo que emperrada a questão nos tribunais?

Como deve agir a cidadania quando se constata que o "ajuste de direitos" celebrado de forma leonina, fere preceitos legais e beneficia o lado não coberto pela Constituição? É este um exemplo de país que respeita e trabalha para o desenvolvimento dos direitos humanos e o zelo pelas populações originárias? Ou aponta o advento de uma nova era do manda quem pode, obedece quem tem juízo?

Ao se aproveitar da vulnerabilidade física e emocional de uma comunidade, para "celebrar" um acordo, reafirmamos, leonino, lesivo aos direitos constitucionais dos Guaranis, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo fere ou não fere o Código de Conduta da Alta Administração Federal? Irá o Ministro da Justiça assinar uma portaria de desmarcação de terras indígenas, anulando a portaria nº 2.222, sobre as terras Guaranis de Mato Preto, assinada por ele mesmo em setembro de 2012? É ética tal solução encontrada?

Diminuir 85% das terras dos Guaranis do Rio Grande do Sul, reproduz a prática política de confinamento aplicada a seus parentes no Mato Grosso do Sul nos anos de 1970. O Estado brasileiro em 2014 busca assim a solução do problema? Quanto tempo levará para o crescimento populacional desta comunidade apresentar o quadro desolador e desagregador de confinamento em que vivem os Guaranis-Kaiowá nas reservas a eles impostas durante a ditadura militar? Vale registrar que somente em 2013 73 indígenas se suicidaram no Mato Grosso do Sul. Isto não é um caso de saúde pública gerado pelo confinamento em que vivem? Reconhecer e demarcar os 4.230 hectares da Terra Guarani de Mato Preto não é o bom caminho da justiça social?

Em tempos pré-eleitorais, onde tudo se distorce e é usado por aqueles que almejam o poder, devemos calar frente às violações de direitos humanos cometidas pelo Estado? Em que este silêncio eleitoral beneficiará os direitos dos povos indígenas? Quem perde quando este tipo de discussão fica relegado a segundo plano e se torna objeto de muito patrulhamento ideológico sobre quem as levanta? Se por uma estratégia eleitoral é preciso calar sobre violações de direitos, perde o país.

Frente a tantas violações de direitos humanos contra os povos indígenas brasileiros, apontadas nos estudos da Comissão Nacional da Verdade, não deveria a título de reparação, o Estado brasileiro rever suas práticas e mudar de conduta, demarcando suas terras e cuidando do bem estar destes povos? Repará-los é preciso, fundamentalmente um dever do Estado e de nossa sociedade. Reparar nossos graves erros para com eles é demarcar suas terras e não ajustar seus direitos.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 103 / 2014

Brasília, 12 de junho de 2014.

No campo dos direitos humanos é fundamental enquanto nação enfrentarmos estas questões, ainda mais em períodos eleitorais, para evitarmos mais retrocessos como a PEC 215, a portaria 303 da AGU e o desmonte da FUNAI, efetivando o estado democrático de direito em nosso país.

Fonte: Marcelo Zelic: Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Coordenador do Projeto Armazém Memória e Jair Krischke: Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos. Recebida por e-mail



---

**"Falta coragem" para arbitrar invasões, diz Aécio sobre questões indígenas**

SÍTIO BRASIL AGRO, 12.06.2014

Senador e pré-candidato à presidência da República, Aécio Neves tenta aproximação com produtores rurais defendendo o combate às invasões de indígenas em propriedade privadas. "Garantir segurança jurídica é essencial para o Brasil crescer. A Constituição está aí para ser cumprida. O que falta é coragem para arbitrar os contenciosos", afirmou ele na sede da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS), em Campo Grande.

Ainda de acordo com informações do Sistema Famasul, "O que mais tem ajudado o País a crescer é o agronegócio. Da porteira para dentro não tem ninguém mais produtivo que o brasileiro. (...) O que é preciso que ocorra? Uma guerra ao custo Brasil, com choque de logística", afirmou Aécio Neves em resposta ao presidente da Aprosoja Brasil (Associação Brasileira dos Produtores de Soja) e diretor do Sistema Famasul, Almir Dalpasquale.

Aécio Neves classificou seu plano de governo como "totalmente diferenciado". "Não converge as minhas intenções com a dos demais. O Brasil está na lanterna em qualquer ranking se comparando com países em desenvolvimento. O setor público não precisa ser ineficiente por ser público, desde que tenha metas e prioridade ele pode apresentar resultados positivos".

Como solução para parte das problemáticas que envolvem o agronegócio brasileiro, o pré-candidato propôs créditos adequados, busca por mercados com políticas externas, planejamento para logística e busca por capital privado que gere parceria com o setor público (Capital News, 11/6/14)



---

**Paranhos conquista mais 50 casas populares para aldeias indígenas**

SÍTIO O LIBERAL, 12.06.2014

Jaime Mel - Uma equipe técnica da Associação de Apoio ao Desenvolvimento do CONESUL (AADEHC), Entidade Organizadora credenciada junto ao Ministério das Cidades para desenvolver projetos de habitação no estado de Mato Grosso do Sul, esteve presente em Paranhos para atender as Aldeias Indígenas Paraguassu e Pirajuí.

Através do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR a AADEHC atenderá 50 famílias indígenas no município, sendo 25 famílias na Aldeia Paraguassu e 25 famílias na Aldeia Pirajuí. As unidades habitacionais que serão entregues aos beneficiários são compostas de 45,44 m<sup>2</sup> de área construída com acabamento.

O Prefeito Júlio Cesar acompanhado pelo secretário de governo Fidêncio e pela coordenadora do departamento habitacional do município, esteve acompanhando os trabalhos da equipe nas aldeias.

"Esse Programa vem de encontro às necessidades das populações indígenas, oportunizando aos mesmos o acesso a um direito constitucionalmente garantido a todos os cidadãos brasileiros: Direito a moradia digna, de parabéns aos contemplados e nossos sinceros agradecimentos aos parceiros que nos ajudaram a proporcionar mais essa conquista à nossa gente". Disse o prefeito Júlio.

Durante as reuniões a Responsável Técnica Social da AADEHC, Socióloga Cleide Aparecida dos Santos, apresentou à comunidade indígena a metodologia que será aplicada no Projeto Técnico Social (PTS) dos empreendimentos. Ainda, foram realizadas visitas técnicas, entrevistas sociais semiestruturadas e aplicados questionários para coleta de informações sobre o perfil socioeconômico e cultural das famílias indígenas beneficiárias.

O PTS pretende implantar um conjunto de ações voltadas para organização e desenvolvimento comunitário com vistas à promoção da melhoria das condições da população beneficiada pelo programa, com geração de sustentabilidade socioeconômica das famílias.

As atividades contam com o apoio das lideranças locais (capitães das aldeias) e da Prefeitura Municipal de Paranhos/MS que atuam mobilizando, convidando e informando a comunidade sobre as datas das visitas técnicas e reuniões, assim como, fornecendo apoio técnico e logístico para o êxito das mesmas.

Fonte: O Liberal News



---

**Castanha do Brasil produzida em reserva de Mato Grosso recebe certificação**  
SÍTIO AGRO OLHAR, 12.06.2014

A produção de castanha do Brasil aos poucos em Mato Grosso vai crescendo. Prova disso são as conquistas de certificação, como é o caso da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt que recebeu da certificadora Ecocert a certificação de produção livre de aflotoxinas, um fungo que pode atacar as amêndoas da castanha e provocar intoxicação alimentar.

A Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt está localizada na região noroeste de Mato Grosso, na divisa com o Amazonas. Além desta certificação concedida pela Ecocert, quanto à castanha produzida estar livre de aflotoxinas, a Reserva aguarda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a certificação de produto orgânico, como revela o técnico do Projeto Pacto Nas Águas, Emerson de Oliveira.

As duas certificações garantem que a Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt possui produtos florestais de boa procedência, o que é exigido por grandes compradores.

Conforme o técnico do Projeto Pacto das Águas, uma rotina de análises deverá ser criada para que se possa manter a qualidade exigida pelas empresas compradoras de castanha.

Segundo o Projeto Pacto das Águas, a Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt é uma das mais antigas no projeto. Somente em 2014, o Pacto das Águas apoiou a venda de 45 toneladas de castanha e 11 toneladas de látex da reserva.

#### Cinta Larga

De acordo com o Projeto Pacto das Águas, o povo indígena Cinta Larga, em Juína, comercializou 200 toneladas de castanha do Brasil em 2014. Tal povo indígena ingressou no projeto no final de 2013. O quilo da castanha foi vendido a R\$ 3.

A extração na comunidade Cinta Larga ocorre desde 2007 e o quilo da castanha era vendido por R\$ 0,50.

Na Terra Indígena Cinta Larga, em Juína, são cerca de 150 pessoas distribuídas em oito aldeias, porém apenas em seis a coleta de castanha foi realizada, frisa o presidente da Associação Yterepuya, Zinho Cinta Larga, que salienta ainda ter partido da comunidade o interesse em fazer parte do Projeto Pacto das Águas.



---

**Garantida permanência de quilombolas na comunidade "Jacaré dos Pretos" em MT**  
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 12.06.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) comprovou, na Justiça, que comunidade de remanescentes do quilombo de "Jacaré dos Pretos", situado no município de Nossa Senhora do Livramento/MT, está em área tradicionalmente ocupada. Com o posicionamento, os procuradores afastaram decisão que determinava a reintegração de posse do local a um particular.

A Procuradoria Federal no estado do Mato Grosso (PF/MT) e a Procuradoria Federal junto à Fundação Cultural Palmares (PF/FCP) explicaram que o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) garante às comunidades remanescentes de quilombo a propriedade definitiva das terras que tradicionalmente ocupam.

Os procuradores explicaram que a Constituição assegura tanto a propriedade como a posse das áreas tradicionalmente ocupadas. Além disso, ressaltaram que a posse da área por integrantes da comunidade quilombola configura direito coletivo, e este se sobressai ao interesse de ocupação de apenas um indivíduo.

As unidades da AGU apontaram que caso não seja mantida a posse coletiva da comunidade remanescente de quilombo até a titulação definitiva, haverá risco à continuidade do próprio grupo, como todas suas tradições e culturas. A retirada dos quilombolas poderia prejudicar, ainda, segundo os procuradores, o objeto do processo administrativo e a limitação da área tradicionalmente ocupada.

O caso foi analisado pela 8ª Vara Federal de Mato Grosso que concordou com os argumentos apresentados pela AGU e suspendeu a decisão que liberava a reintegração de posse ao particular.

Para o Chefe da PF/MT, Antônio de Pádua Oliveira Júnior, o artigo 68 do ADCT contém verdadeiro direito fundamental do qual são titulares as comunidades remanescentes de quilombos. "A decisão respeita e garante à comunidade de Jacaré dos Pretos a posse secular sobre as terras que tradicionalmente ocupam, preservando os marcos históricos da comunidade, seu modo de vida e seus valores culturais, que estão intimamente ligados ao lugar onde vivem", afirmou. A PF/MT e a PF/FCP são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU. Ref.: Ação Civil Pública nº 9305-19/2014.4.01.3600 - 8ª Vara Federal de Mato Grosso.

## O milagre da multiplicação das terras indígenas

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 12.06.2014



Em abril do ano passado um grupo de índios Guarani que ocupava um espaço na Praia de Camboinhas, em Niterói decidiram se mudar para a região da restinga, no município de Maricá, no Rio de Janeiro. O cacique Darci Tupã, de 34 anos, diz que os índios são "originais" de Parati, mas saíram da região em busca de um local fértil para preservar sua cultura. "Lá vivem 250 índios. Viemos para Maricá, com apoio do prefeito", declarou o cacique, com o cuidado de informar que seus ancestrais já utilizavam tradicionalmente de passagem a região há 123 anos, quando saíam do norte do Espírito Santo em direção ao Rio Grande do Sul.

O prefeito de Maricá, Washington Quaqué, quer transformar a nova ocupação indígena em ponto turístico. Em visita à nova tribo no último sábado, 7 de junho, o prefeito garantiu a permanência dos índios na área de 93 hectares e informou que planeja construir no local ocas-hotéis e um teatro arena para apresentações da cultura indígena. Os índios deverão construir a estrutura rústica e a Prefeitura destinará recursos para manutenção do espaço. "Estamos muito focados nesta oportunidade única com o incentivo do Quaqué, que vai garantir a preservação da nossa cultura", disse o cacique Tupã.

O prefeito Quaqué informou que enviará à Câmara Municipal um projeto de lei de apoio aos índios que garantirá a inclusão de todos no projeto Bolsa Mumbuca. "Quero que todos, inclusive as crianças, recebam o benefício. Também negociaremos junto ao Ministério da Saúde a disponibilização de mais um médico cubano ao posto de São José do Imbassaí, para reforçar o atendimento", ressaltou Quaqué. O programa, que possui a primeira moeda social eletrônica do país, repassa mensalmente 70 Mumbucas (equivalente a R\$ 70) para famílias com rendas de até um salário mínimo.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 103 / 2014

Brasília, 12 de junho de 2014.

Segundo o secretário municipal de Direitos Humanos, Miguel Moraes, que acompanhou a visita, as famílias já estão sendo cadastradas e o projeto de lei ampliará o benefício. Ao todo, 65 índios, sendo três crianças nascidas em Maricá, moram na aldeia Tekoa Ka'aguy Hovy Porã (significa Mata Verde Bonita).

A área ocupada pelos índios com apoio da prefeitura é de propriedade do Grupo IDB que pretendia construir um complexo turístico no local. "Já determinei aos empreendedores espanhóis que incorporem a aldeia ao projeto do resort. Vocês não vão sair daqui", asseverou o prefeito.

Eis o milagre da multiplicação das terras indígenas. O próximo passo é a Funai iniciar um processo administrativo de demarcação e expropriar a terra dos investidores espanhóis junto com a de quem estiver nas imediações.

A foto é de Fernando Silva.



**MPF: Semace aguardará posicionamento do ICMBio sobre construção de resort**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.06.2014

*Medida atende recomendação do Ministério Público Federal expedida pelo procurador da República Ricardo Magalhães de Mendonça*

A Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (Semace) decidiu atender recomendação do Ministério Público Federal (MPF) para não conceder licença prévia ao empreendimento denominado Alchemist Grand Hotel And Resort Jericoacoara, antes da obtenção da prévia anuência do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio). A construção do empreendimento está planejada para a beira da Lagoa Azul, dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoa da Jijoca, em Jijoca de Jericoacoara (CE).

Em resposta à recomendação expedida pelo MPF, a Semace informou ter enviado ofício a Wagner Elias Cardoso, gestor do Parque Nacional de Jericoacoara, com cópia do termo de referência destinado à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A superintendência pede que o gestor analise a documentação e acrescente itens que considere relevantes e necessários para a elaboração do EIA/RIMA.

O procurador da República Ricardo Magalhães de Mendonça, autor da recomendação, lembra que desde a criação do Parque Nacional de Jericoacoara pelo decreto presidencial datado de 4 de fevereiro de 2002 compete ao Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade a regulação da ocupação e uso dos recursos da zona de amortecimento (entorno) e dos corredores ecológicos do parque.

Para o MPF, o projeto para construção do empreendimento, apresentado pelo grupo Bonelli Associados Incorporadora, “possui aptidão para causar impactos ambientais de considerável monta à unidade de conservação federal, inclusive podendo vir a se situar dentro de sua zona de amortecimento, ainda não definida formalmente, pelo que se observa de suas coordenadas geográficas”.

Fique por dentro

Recomendações são um dos tipos de instrumentos de atuação utilizados pelo Ministério Público. Elas são enviadas a órgãos públicos para que eles cumpram determinados dispositivos constitucionais ou legais. Os órgãos públicos não estão obrigados a atender as recomendações, mas ficam sujeitos a medidas judiciais em função dos atos indevidos.



---

**DPU acompanha Incra em visita a quilombos do Rio de Janeiro**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.06.2014

No dia 04 de junho o defensor público federal José Roberto Tambasco, representante do Grupo de Trabalho para assuntos das comunidades tradicionais quilombolas na região sudeste, acompanhou o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio de Janeiro em uma visita ao quilombo de São José na cidade de Valença (RJ).

A finalidade do evento foi a mobilização das comunidades quilombolas de Valença, Quatis e Pinheiral, todas da região sul fluminense do estado, representadas por suas lideranças, para que tomassem conhecimento do estágio do andamento de seus processos judiciais e administrativos relativos aos seus territórios.

O quilombo de São José em Valença conseguiu judicialmente a posse provisória de parte de seu território através de uma tutela antecipada, estando apto a pleitear a implantação de políticas públicas referentes ao financiamento da construção e reforma de suas habitações (quase todas de taipa e sapê) assim como também financiamento para o plantio de sua produção agrícola, com eventual compra da mesma pelo poder público para inserção no fornecimento da merenda escolar.

O quilombo de Pinheiral encontra-se em fase de auto reconhecimento, sendo necessário o esclarecimento dos habitantes do território quanto às condições especiais referentes às condições legais de quilombo para que possam optar pela condição quilombola.

Quanto ao quilombo de Santana em Quatis, em breve o Tribunal Federal do Rio de Janeiro julgará através de seu pleno, incidentalmente, a constitucionalidade do decreto que rege a formação dos territórios quilombolas, situação a qual para o defensor Tambasco "influirá imensamente nas demais decisões subsequentes em nossa região, portanto este processo requer todo o empenho das entidades jurídicas que defendem os direitos quilombolas, especialmente a Defensoria Pública da União que é a instituição que dá apoio jurídico a estas comunidades carentes".



**Carta aberta dos povos e comunidades tradicionais da região norte – incluindo o estado do Maranhão**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.06.2014

Nós, povos indígenas, quilombolas, povos ciganos, faxinalenses, pomeranos, povos e comunidades tradicionais de terreiros, pescadoras e pescadores artesanais, seringueiros, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, geraizeiros, fundo de pasto, retireiros do araguaia, pantaneiros, raizeiras, andirobeiras reunidos no Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais na cidade de Belém, Estado do Pará entre os dias 02 e 05 de junho de 2014 com o objetivo de discutir e avaliar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) manifestamos nossas preocupações com o atual cenário político do Brasil no que diz respeito aos direitos constitucionais dos povos e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo que reivindicamos que os poderes constituídos reflitam e considerem que somos os responsáveis pela preservação da grande riqueza cultural e da sociobiodiversidade que constitui este país. Portanto, ao final deste encontro manifestamos nossas reivindicações:

1. Secularmente os povos e comunidades tradicionais estiveram organizados e constituíram espaços de luta com base em sua resistência às diferentes formas de opressão. As últimas décadas foram marcadas por significativos avanços na luta dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Do ponto de vista jurídico e político alcançamos um nível de organização capaz de tensionar o Estado, pautar nossas demandas e afirmar nossos direitos. Destacamos o art. 231 que trata da demarcação das terras indígenas, o art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, o Decreto 4.887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; a criação em 2006 da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT (Decreto de 13 de julho); o Decreto 6.040/ 2007 que institui a PNPCT e mais recentemente o PL 7.447/2010(em tramitação).

2. Apesar disso, o Estado brasileiro tem se mostrado conivente diante das constantes pressões feitas por setores ruralistas que insistem em atacar dispositivos de lei que garantem nossos direitos constitucionais, como é o caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 3239/2004 em trâmite no Supremo Tribunal Federal contra o Decreto 4.887/2003, PEC 215, PEC 038 e PLP 227 e a portaria 303 da AGU, além dos vários Projetos de Lei contrários aos nossos direitos em trâmite no Congresso Nacional.

3. Destacamos aqui a violência física e moral que vem sofrendo os povos indígenas, que, além de terem seus territórios invadidos e com inúmeros empreendimentos sendo construídos e a criminalização de suas lideranças, não tem tido a oportunidade de dialogar de forma respeitosa com o governo federal. Destacamos ainda, o investimento midiático violento contra os Povos e Comunidades de Terreiro que tem gerado mortes, agressões físicas e morais, além de estimular na sociedade brasileira o ódio racial e religioso contra estes povos e comunidades. Registramos também que a omissão do Estado Brasileiro e sua conivência em concessões

CONT.



públicas para rádios e TVs, além do apoio financeiro às atividades ditas culturais do segmento GOSPEL ferem frontalmente o princípio da laicidade do Estado.

4. Em que pese a Convenção 169 da OIT, o Estado brasileiro sequer dignou-se a reconhecer todos os povos e comunidades tradicionais que compõem a sociedade brasileira como sujeitos de direitos perante a OIT. É de se destacar, os quilombolas somente foram reconhecidos como sujeitos de direitos da referida Convenção porque denunciaram o Estado brasileiro na OIT, tendo este organismo internacional recomendado ao Brasil o devido reconhecimento dos quilombolas para efeitos da Convenção 169 da OIT. Atualmente o governo brasileiro reconhece apenas os quilombolas e os povos indígenas como sujeitos de direitos da Convenção 169, renegando os demais.

5. No que se refere ao direito de consulta normatizado pela Convenção 169, enfatizamos o entendimento que o mesmo já existe e deve ser aplicado pelo Estado e acionado em qualquer tempo pelos povos interessados. A regulamentação do artigo 6º. da referida convenção dever ser visto como mais um instrumento assegurador dos direitos territoriais destes povos e comunidades.

6. Dito isto, AFIRMAMOS ao Estado brasileiro que nós, Povos e Comunidades Tradicionais reunidos neste Encontro, cujas condições sociais, econômicas e culturais nos diferenciam dos demais segmentos da sociedade brasileira e por esta razão em cumprimento ao princípio da autodefinição presente na referida convenção, REQUEREMOS O IMEDIATO reconhecimento do Estado brasileiro perante a OIT de todos os povos e comunidades tradicionais como sujeitos de direitos da Convenção 169 porque assim já nos consideramos.

7. EXIGIMOS do Estado brasileiro o devido respeito ao direito de consulta normatizado pela Convenção 169, art.6º, todas as vezes que forem previstas medidas legislativas e administrativas que dizem respeito aos povos e comunidades tradicionais, assim como, diante de quaisquer empreendimentos executados em nossos territórios, sejam estes contínuos ou descontínuos. Ainda sobre a Convenção 169, EXIGIMOS também participar dos benefícios econômicos gerados pelos grandes projetos de desenvolvimento que incidam diretamente sob nossos territórios.

8. Concebemos por território toda área que de alguma forma é utilizada e ocupada para a reprodução social e cultural das nossas comunidades. São também áreas fundamentais para a prática de nossa ancestralidade constituindo-se, dessa maneira, nossa identidade.

9. Portanto, o acesso ao território em sua plenitude, de fato e de direito, se desdobra na irrenunciável tarefa do Estado brasileiro de efetivar nossos direitos humanos e políticas públicas, tais como: promoção de uma política de comunicação eficiente e adequada às comunidades e povos tradicionais; educação diferenciada que atenda às realidades culturais, sociais e às particularidades de cada grupo social (Lei 10.639 e Lei 11.645); direito à saúde, educação, saneamento básico, meio ambiente, energia verdadeiramente limpa e sustentável; nacionalização das bacias hidrográficas; soberania alimentar; aperfeiçoamento dos instrumentos de efetivação das políticas públicas.

CONT.



10. Atualmente, muitos dos nossos povos e comunidades tradicionais sofrem pelo total abandono do Estado em não dispor de uma política pública firme, não dispor de uma legislação apropriada que seja capaz de nos retirar da invisibilidade jurídica e nos tornar, efetivamente, sujeitos de direitos sociais. Esta histórica omissão do Estado se transforma, na maioria das vezes, em discriminação por parte de outros segmentos da sociedade em relação a estes grupos. Soma-se a esta mazela social, a inexistência de um órgão no âmbito do Estado brasileiro forte o suficiente para promover a dignidade humana destes povos e comunidades tradicionais corroborando para a efetivação da legislação vigente referida aos povos e comunidades tradicionais.

11. Apontamos aqui, o caso dos povos ciganos que não dispõem de um instrumento jurídico nacional que lhes garanta acesso às escolas, educação de qualidade, saúde, etc., sobretudo, uma política que impeça a exposição à violência física dos povos ciganos a cada lugar que montam acampamento, como é o caso dos Calons. Em outros casos, o próprio poder público municipal dispõe de legislação que proíbe a entrada e o respectivo acampamento de ciganos Calons no município. O modo de vida dos povos ciganos requer do Estado brasileiro, na sua totalidade (União, Estados e Municípios) adoção de medidas legais que assegurem o pleno uso e ocupação do território, a exemplo, o Termo de Autorização de Uso – TAUS (Portaria MP 100, de 03/06/2009).

12. A aceleração dos processos para criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável como melhor maneira de assegurar a permanência das populações extrativistas, e a preservação dos recursos naturais e a biodiversidade desses territórios.

13. EXIGIMOS que o Estado brasileiro retome imediatamente o processo de criação e regularização fundiárias das reservas extrativistas, garantindo a participação dos povos e comunidades tradicionais na gestão ambiental integrada das áreas protegidas, demarcação das terras indígenas e reconhecimento e titulação de territórios quilombolas, até então parados por razões políticas e / ou burocráticas nos órgãos responsáveis. Este cenário de total abandono da política de regularização fundiária dos territórios tradicionais se revela em conflitos envolvendo morte, agressões físicas de lideranças, além do que se constitui num verdadeiro etnocídio dos povos e comunidades tradicionais. Neste sentido, responsabilizamos o Estado brasileiro pelas mortes e agressões nas várias modalidades sofridas por estes povos.

14. EXIGIMOS do Estado brasileiro reconhecimento e inclusão no Programa Educacional brasileiro da diversidade linguística dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro: Yorubá, Ewe, Fon, Bantu, Kikongo, Kibundo, Ubundo, Muxikongo.

15. EXIGIMOS que o Estado brasileiro reconheça e proteja os conhecimentos tradicionais dos Povos e Comunidades Tradicionais como forma de preservação de suas tradições culturais e ancestrais.

16. EXIGIMOS que o Estado brasileiro combata o racismo institucional praticado contra os Povos e Comunidades Tradicionais.

CONT.



Por fim, EXIGIMOS que o Estado brasileiro respeite todos os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais, previstos na legislação nacional e internacional e proteja nossos territórios, pois, constituímos o patrimônio cultural e ambiental deste país.

Que o governo federal se digne a cumprir a efetivação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais criando uma Secretaria Nacional de Articulação de Políticas para os Povos e Comunidades Tradicionais, vinculada à Presidência da República, com orçamento próprio e estrutura adequada para uma articulação institucional capaz de efetivar políticas públicas para o nosso povo nas diferentes esferas governamentais. Com a força de nossa ancestralidade e resistência, fortalecemos nossas alianças e reafirmamos o compromisso permanente de lutar pela proteção dos nossos territórios, pois sem eles o povo brasileiro não tem identidade.



---

**Biblioteca de Cacique Doble inova com área para literatura indígena**

SÍTIO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL, 12.06.2014

No segundo dia da interiorização da cultura no norte do Estado, o secretário da Cultura, Assis Brasil, junto com o chefe de gabinete, Flávio Adonis, visitou mais três bibliotecas modernizadas com recursos do edital da Secretaria de Estado da Cultura (Sedac), em convênio com o Ministério da Cultura (MinC).

**Cacique Doble**

O município de Cacique Doble recebeu R\$ 20 mil para modernizar a biblioteca. O projeto já foi executado e os materiais novos começam a ser instalados. A mudança possibilitou duas significativas inovações: uma área especial para a literatura indígena e a instalação de uma lousa digital que ficará disponível a todos os frequentadores.

O secretário de Estado da Cultura, Assis Brasil, cumprimentou a gestão municipal pelo trabalho executado. "Parabenizo, especialmente, o fato de terem uma bibliotecária concursada e tão dinâmica. Os municípios precisam entender a importância destes profissionais para o crescimento e renovação de suas bibliotecas", disse.

A secretária municipal de Educação e Cultura, Raquel Teles de Souza, apresentou alguns projetos desenvolvidos para o incentivo à leitura e os resultados já conquistados. "Verificamos um crescimento pela procura de livros e visitação à biblioteca. Com a nova área indígena queremos integrar toda a comunidade às ações de leitura. Nosso desafio agora é construir nosso Plano Municipal de Cultura", informou. O município também disponibiliza livros nas filas de bancos e dos postos de saúde.

**Getúlio Vargas**

O município de Getúlio Vargas recebeu R\$ 55 mil pelo edital de Modernização de Bibliotecas Públicas e já executou o projeto da compra de novo acervo, mobiliário, equipamento de audiovisual e informática. A cidade já possui Fundo e Conselho Municipal de Cultura.

O secretário Assis Brasil foi recebido pelos conselheiros municipais, pela secretária de Educação, Cultura e Desporto, Eliane Granella, e pelo prefeito, Pedro Paulo Prezzutto.

"É um prazer ver um município tão organizado e dedicado à cultura, com uma biblioteca desta qualidade. Com o conhecimento se transformando a cada dia é muita sabedoria saber conduzir uma biblioteca aos tempos de hoje integrando o acervo e a tecnologia", disse Assis Brasil.

O prefeito Pedro Paulo Prezzutto agradeceu a presença do secretário. "Nosso município tem recebido muito apoio e atenção da equipe da Sedac na orientação para executarmos este projeto", afirmou.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 103 / 2014

Brasília, 12 de junho de 2014.

A biblioteca tem um acervo de 18 mil títulos, conforme informou Eliane Granella. “Nos gratifica muito termos sido selecionados, agora vamos aumentar o acesso à comunidade, no momento em que iniciarmos o diálogo com a sociedade, por meio do Conselho de Cultura, para a finalização do nosso Plano Municipal de Cultura”, acrescentou.

#### Ibiacá

A biblioteca pública de Ibiacá tem uma bela sede em local privilegiado da cidade. O local foi modernizado com os R\$ 20 mil recebidos no edital da Sedac.

Recebido pelo vice-prefeito, Caudiomiro Fracasso, e pela secretária municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Bruna Copelli, o secretário Assis Brasil citou que bibliotecas bem equipadas são inspiradoras para novos escritores. “Percebo aqui uma biblioteca muito qualificada, valorizada por um espaço adequado e um ótimo acervo”.

Nesta quinta-feira (12) o secretário de Estado da Cultura, Assis Brasil, visita as bibliotecas de Mormaço e Lagoa dos Três Cantos.

Texto: Maria Emilia Portella

Edição: Redação Secom (51) 3210.4305